

ATA NÚMERO 105/XIII (3.ª)

A 10 de janeiro de 2018, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, na Sala 10 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Informações.
2. Aprovação da ata da reunião de 3 de janeiro de 2018.
3. Discussão do [projeto de resolução n.º 1185/XIII \(3.ª\)](#) (BE) - Recomenda a constituição de um grupo de trabalho para o levantamento da situação em que se encontram os arquivos nacionais tendo em vista a sua reforma e salvaguarda da memória e história portuguesas.
4. Discussão do [projeto de resolução n.º 1186/XIII \(3.ª\)](#) (BE) - Recomenda ao Governo o reforço dos meios da Biblioteca Nacional de Portugal que permita uma política de aquisições bibliográficas autónoma e regular, desenvolvendo as coleções e enriquecendo o património bibliográfico nacional.
5. Outros assuntos.

1. Informações:

1.1 Dando início à reunião, a Senhora Presidente deu conhecimento aos Senhores Deputados que o Chefe do Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares informou a Comissão que o Senhor Ministro da Educação não tem agenda disponível para a data indicada para a audição resultante da aprovação do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, propondo que a mesma tenha lugar no dia 23 de janeiro, terça-feira, às 10 horas, e que a audição regimental ocorra no dia 20 de fevereiro, terça-feira, às 15 horas (recorde-se, a este propósito, que a 3.ª audição regimental tem lugar no dia 6 de março de 2018, às 15 horas).

Os serviços da Comissão já informaram o Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares que no dia 23 de janeiro têm lugar as Jornadas Parlamentares do PS, não havendo trabalhos parlamentares nesse dia, solicitando que seja indicada uma nova data.

1.2 A Senhora Presidente submeteu à consideração da Comissão o relatório da audição de Mário José Afonso Gomes, subscritor da [petição n.º 401/XIII \(3.ª\)](#) - Solicitam que sejam debatidas na Assembleia da República as práticas jornalísticas nos órgãos de comunicação social públicos -, não tendo os Grupos Parlamentares manifestado qualquer objeção.

1.3 De seguida, a Senhora Presidente informou do pedido de audiência do Museu da Farmácia e da Associação Portuguesa de Museus, sobre o Ano Europeu do Património Cultural/Museus 2018, a entrega de prémios APOM 2018, a exposição de Museus Portugueses no Conselho da Europa e a possibilidade de realização de um colóquio «Património cultural empresarial e a sua valorização/uma nova perspetiva sobre a história da economia em Portugal» e de uma exposição do Museu da Farmácia na Assembleia da República, tendo ficado acordado agendar oportunamente a audiência.

1.4 Deu também conta que a ANACOM remeteu à Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto o estudo sobre o alargamento da oferta de serviços de programas na Televisão Digital Terrestre, distribuído já a todos os Senhores Deputados e publicado na [página da Comissão](#).

1.5 Quanto à Conferência «Violência no Desporto», a Senhora Presidente solicitou aos Senhores Deputados a entrega de propostas de programa, de temáticas a abordar e de oradores a convidar, havendo também necessidade dos Grupos Parlamentares indicarem os seus representantes até ao próximo dia 12 de janeiro.

Informou também que a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias ainda não respondeu ao ofício enviado pela 12.ª Comissão no dia 20 de dezembro de 2017 e que está já feita uma pré-reserva para o Auditório António de Almeida Santos para os dias 13 e 20 de fevereiro e para a Salão Senado para o dia 20 de fevereiro.

1.6 Deu conta ainda da entrada na Comissão do Relatório Anual de Execução 2016 - Regime de Incentivos do Estado à Comunicação Social, elaborado pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve e aprovado pelo Senhor Ministro da Cultura.

1.7 Quanto ao pedido do CNAPEF (Conselho Nacional das Associações de Professores e Profissionais de Educação Física) e da SPEF (Sociedade Portuguesa de Educação Física) para que a Comissão se pronuncie acerca da proposta de criação de uma Comissão de Acompanhamento para o Projeto do Desporto Escolar independente com o intuito de supervisionar e apoiar o desporto escolar durante o ciclo 2017/2021, usaram da palavra os Senhores Deputados Teresa Caeiro (CDS-PP), Diana Ferreira (PCP), Hugo Carvalho (PS), Susana Lamas (PSD) e Jorge Campos (BE), tendo ficado acordado o seguinte: a Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto já tem muitas funções e diversos grupos de trabalho. A função de acompanhamento do desporto escolar constitui uma das competências inerentes às atribuições da 12.ª Comissão, não fazendo, pois, sentido criar uma comissão específica/grupo de trabalho para fazer esse acompanhamento, na medida em que essa competência já integra as atribuições da Comissão, mais concretamente do Grupo de Trabalho do Desporto (sublinhe-se, de resto, que não faz parte das competências da Comissão criar uma comissão de acompanhamento específica).

1.8 Em relação à proposta de programa apresentada pelo Coordenador do Plano Nacional de Ética no Desporto para o **Colóquio Direitos das Crianças no Desporto**, a realizar no 27 de fevereiro de 2018, na Sala do Senado da Assembleia da República, ficou consensualizado solicitar à entidade proponente do programa o seu aperfeiçoamento, na medida em que o mesmo se apresenta extremamente sobrecarregado para um dia de trabalho parlamentar, não se percebendo também o critério que presidiu à escolha das diversas entidades intervenientes.

2. Apreciação e votação da ata da reunião de 3 de janeiro de 2018

A ata foi aprovada por unanimidade pelos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

3. Discussão do [projeto de resolução n.º 1185/XIII \(3.ª\)](#) (BE) - **Recomenda a constituição de um grupo de trabalho para o levantamento da situação em que se encontram os arquivos nacionais tendo em vista a sua reforma e a salvaguarda da memória e história portuguesas**

O Senhor Deputado Jorge Campos (BE) começou por sublinhar a importância dos arquivos e do seu papel na história do país, realçando que a base de toda a inovação e desenvolvimento tem precisamente na sua base este tipo de instituições, reportando-se igualmente às inúmeras dificuldades e constrangimentos existentes nos arquivos nacionais. Disse também ser essa a razão que levou o Grupo Parlamentar do BE a apresentar a iniciativa em causa propondo a constituição de um grupo de trabalho, constituído por representantes quer dos arquivos nacionais quer dos privados, mas também das universidades e sociedade civil, para avaliar a situação dos arquivos portugueses, com especial incidência sobre o desempenho das funções da Torre do Tombo como arquivo do Estado para que o seu papel possa ser valorizado dando-lhe outras condições de funcionamento.

O Senhor Deputado Diogo Leão (PS) iniciou a sua intervenção sublinhando o facto de a matéria respeitante à área dos arquivos ter estado arredada durante muito tempo do trabalho parlamentar e esquecida pelos poderes públicos, podendo, nesse sentido, a iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do BE dar um contributo para que possa ser feita uma reflexão sobre a matéria. Reportou-se também à desmaterialização do conhecimento através da digitalização, que constitui, sem dúvida, uma forma de democratização no acesso à documentação e à aposta que deve ser feita em profissionais especializados e na sua formação. Em relação à parte resolutiva da iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do BE, que refere «A sua constituição por representantes quer dos arquivos nacionais quer dos privados, mas também das Universidades e sociedade civil», o Grupo Parlamentar do PS defende que deveriam também integrar esse grupo de trabalho outros profissionais da administração pública com responsabilidades.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) referiu que o Grupo Parlamentar do PCP acompanha as preocupações subjacentes à iniciativa em causa no que toca à situação em que se encontram os arquivos nacionais, mais concretamente a Torre do Tombo. O seu Grupo Parlamentar defende

que é necessário desenvolver uma política e aprofundar um rumo de valorização dos serviços dos arquivos nacionais e da Torre do Tombo, quer ao nível da disponibilização dos meios materiais adequados ao desempenho da sua missão quer ao nível dos meios humanos necessários ao seu bom funcionamento. Mais do que um valor histórico, de memória de registo, os arquivos têm uma função e uma relevância extremamente importante em termos daquilo que é a própria informação pública, não tratando apenas daquilo que é o passado mas também do nosso presente e da salvaguarda do nosso futuro. Em relação à iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do BE, o Grupo Parlamentar do PCP não manifesta qualquer oposição ao seu conteúdo, questionando, no entanto, a razão de se ter restringido, na alínea a) do n.º 2, a necessária intervenção apenas às universidades, na medida em que existem outras instituições da academia que podem dar o seu contributo, tal como os politécnicos e outras instituições. Questionou o significado da expressão «sociedade civil», perguntando também se não seria mais adequado recorrer à colaboração com a Associação dos Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas. Por fim, disse que nada é dito quanto ao prazo para a apresentação do relatório do grupo de trabalho proposto.

A Senhora Deputada Susana Lamas (PSD) disse ter o Grupo Parlamentar do PSD algumas reservas quanto ao grupo de trabalho proposto, realçando também o trabalho feito pelo anterior governo em matéria de arquivos e do seu desenvolvimento e consolidação.

A Senhora Deputada Teresa Caeiro (CDS-PP) saudou o Grupo Parlamentar do BE por ter trazido à colação a questão dos arquivos nacionais, que de facto fazem parte do ADN histórico e cultural de todos, sendo que a preocupação com a sua salvaguarda será sempre um eixo muito importante da nossa política cultural. Para o Grupo Parlamentar do CDS-PP na iniciativa em causa verifica-se algum cercear relativamente a todo um universo académico que poderia estar envolvido na preservação e no cuidar dos arquivos nacionais para salvaguarda da memória, da história e da cultura portuguesas. Apesar de não deixar de viabilizar esta iniciativa, solicitou ao Grupo Parlamentar do BE a possibilidade de se introduzir alguma melhoria no seu texto.

A terminar a apreciação deste ponto, o Senhor Deputado Jorge Campos disse que o seu Grupo Parlamentar não tinha nenhum problema em melhorar a redação desta iniciativa para que se possa chegar a um entendimento em relação a esta matéria.

4. Discussão do projeto de resolução n.º 1186/XIII (3.ª) (BE) - Recomenda ao Governo o reforço dos meios da Biblioteca Nacional de Portugal que permita uma política de aquisições bibliográficas autónoma e regular, desenvolvendo as coleções e enriquecendo o património bibliográfico nacional

O Senhor Deputado Jorge Campos (BE) apresentou a iniciativa, referindo-se, em síntese, à importância da Biblioteca Nacional e às dificuldades que a mesma atravessa. Apesar de ter um

património vastíssimo e um acervo muito diversificado, constata-se que no Orçamento do Estado para 2018 não há qualquer rubrica para aquilo que é elementar e básico para qualquer biblioteca e que tem a ver com a sua política de aquisições. Se uma biblioteca não estiver a ser permanentemente atualizada, ela não poderá cumprir as suas próprias funções. Daí o Grupo Parlamentar do BE recomendar ao Governo a necessidade de reforçar os meios da Biblioteca Nacional para que ela se possa atualizar e proceder às devidas aquisições.

O Senhor Deputado Diogo Leão (PS) disse acompanhar as preocupações e a iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do BE, na medida em que se torna imperioso encontrar uma forma que permita à Biblioteca Nacional assumir plenamente as suas funções. A sua política de aquisições tem de ser uma política viva, obedecendo certamente a critérios racionais mas dispondo de meios materiais consistentes para que possa cumprir as suas funções em pleno benefício de todos os leitores.

A Senhora Deputada Teresa Caeiro (CDS-PP) reiterou e reforçou os argumentos anteriormente expandidos, frisando que nada há mais triste do que ouvir dizer que a Biblioteca Nacional fica muito aquém das bibliotecas existentes em universidades estrangeiras. O projeto de resolução em si recomenda que se encontre uma forma plurianual de tentar resolver este problema, tendo sempre presente que o Governo tem a obrigação de assegurar que a médio e longo prazo a Biblioteca Nacional possa dispor dos recursos necessários à manutenção do seu nível de responsabilidade e ao cumprimento dos seus deveres.

A Senhora Deputada Ana Mesquita (PCP) destacou que o Grupo Parlamentar do PCP acompanha as preocupações expressas quanto à situação em que se encontra a Biblioteca Nacional, salientando a necessidade de haver uma discussão mais ampla e aprofundada em relação à política do livro e da leitura existente no País. Lembrou também as insuficiências existentes no País ao longo dos últimos anos, tendo sucessivos governos optado por seguir políticas de desresponsabilização em relação à própria Biblioteca Nacional, não lhe conferindo os meios necessários para levar a cabo as suas funções.

A Senhora Deputada Susana Lamas (PSD) reportou-se à necessidade de haver um reforço de verbas para as aquisições por parte da Biblioteca Nacional para que esta possa dar cabal cumprimento à sua missão e às suas competências, apesar de ser importante não esquecer que Portugal dispõe já de uma rede de universidades em pleno funcionamento.

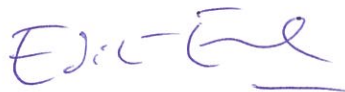
5. Outros assuntos

No âmbito do último ponto, a Senhora Presidente informou que a próxima reunião terá lugar no dia 16 de janeiro, às 15 horas.

A reunião foi encerrada às 11 horas e 45 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 10 de janeiro de 2018

A PRESIDENTE DA COMISSÃO,



(EDITE ESTRELA)

Nota: A ata foi aprovada por unanimidade na reunião de 16 de janeiro de 2018.

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carla Sousa
Cristóvão Simão Ribeiro
Diana Ferreira
Diogo Leão
Edite Estrela
Helga Correia
Hugo Carvalho
João Azevedo Castro
Joel Sá
Jorge Campos
Norberto Patinho
Pedro do Ó Ramos
Pedro Pimpão
Susana Lamas
Teresa Caeiro
Ana Mesquita
Maria Augusta Santos
Palmira Maciel

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Firmino Pereira
Ivan Gonçalves
Luís Monteiro

Estiveram ausentes em trabalho parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Joana Barata Lopes
João Pinho de Almeida
João Torres
Pedro Delgado Alves
Sara Madruga da Costa